

E-120



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

EDITAL N.º 1.188/2025

TECNÓLOGO - TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS

Duração: 5h (cinco horas)
Leia atentamente as instruções a seguir:

Transcreva a frase abaixo para o quadro “Exame Grafotécnico” do seu cartão de respostas
“A força da vontade quebra barreiras e ilumina o caminho da plena realização.”

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 50 (cinquenta) questões da **prova objetiva**, sem repetição ou falha, e 3 (três) questões da **prova discursiva**, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	PROVA DISCURSIVA
1 a 12	13 a 24	25 a 30	31 a 50	3

b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a folha da prova discursiva no verso.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **5 (cinco) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorridas **2 (duas) horas** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.

07 O Instituto Selecon fornecerá formulário específico para o candidato anotar **ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE** as respostas da prova objetiva. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**

08 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.

09 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. A Lei Federal de n.º 8.112/1990 estabelece o prazo de validade dos concursos públicos no âmbito federal. Com base nessa Lei, determinado concurso, estabelecido pelo prazo de 1 (um) ano, poderá ser prorrogado:

- A) uma única vez pelo prazo de 2 (dois) anos
- B) uma única vez pelo prazo de 1 (um) ano
- C) duas vezes pelo prazo de 2 (dois) anos
- D) duas vezes pelo prazo de 1 (um) ano
- E) não pode ser prorrogado

2. Conforme disposto na Lei Federal de n.º 8.112/1990, constituem indenizações ao servidor:

- A) adicionais
- B) gratificações
- C) auxílio-moradia
- D) auxílio pré-escolar
- E) bônus de produtividade

3. Gael, servidor público efetivo da UFRJ, foi demitido após procedimento administrativo que apontou improbidade administrativa do agente. Depois de buscar apoio jurídico, Gael obteve sentença judicial transitada em julgada, que reconheceu falhas no procedimento. Diante do êxito obtido, o servidor busca retornar ao cargo anteriormente ocupado, o que poderá ser feito pelo provimento de:

- A) reintegração, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- B) reversão, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- C) reintegração, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- D) aproveitamento, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- E) aproveitamento, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado

4. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado é basilar, pois está presente tanto no momento de elaboração da lei quanto no momento de aplicação desta pela Administração Pública. Com relação a esse princípio, pode-se afirmar que ele é:

- A) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar a desapropriação
- B) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o direito de petição
- C) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o procedimento de licitação
- D) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o exercício do poder de polícia
- E) indiferente tal classificação, visto que esse princípio pode ser considerado implícito ou explícito, dependendo da ocasião

5. Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado:

- A) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito
- B) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função
- C) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular
- D) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister
- E) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum

6. A Lei Federal n.º 11.091/2005 dispõe que o desenvolvimento do servidor de carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente:

- A) Progressão por nível de Classificação "E" até Classificação "A"
- B) Progressão por Tempo de Serviço ou Progressão por Mérito Profissional
- C) Progressão por Certificação ou Progressão por Apoio Profissional
- D) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Tempo de Serviço
- E) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional

7. Conforme dispõe a Lei de n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração Pública Federal, pode-se afirmar que os atos administrativos devem ser motivados por meio de:

- A) ato de delegação de competência que é irrevogável a qualquer tempo pela autoridade delegante
- B) decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais que não precisarão constar da respectiva ata ou de termo escrito, pelo princípio da oralidade
- C) declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, com motivação explícita, que, nesse caso, serão parte integrante do ato
- D) decisões tomadas por delegação, ainda que devam indicar essa condição, considerando-se, para todos os efeitos, como editadas pela autoridade delegante, que é a titular da competência
- E) atos administrativos que não necessariamente deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, ainda que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo, como ocorre em situações sigilosas

8. Com base no disposto na Lei Federal de n.º 9.784/1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- A) associações na defesa de interesse de seu associado
- B) titulares de direitos, mesmo que não forem parte no processo
- C) Ministérios Públicos Estaduais na defesa de interesses de qualquer cidadão
- D) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos
- E) quaisquer cidadãos, independente da existência de direitos ou interesses afetados pela decisão recorrida

9. Com relação à administração pública direta e indireta, pode-se afirmar que:

- A) a exploração de atividade econômica pelo Estado será realizada por intermédio de pessoas jurídicas de direito público ou privado integrantes da Administração Direta, sendo-lhe vedada a atuação direta nessas atividades
- B) as autarquias respondem de forma indireta e subjetiva. A Administração Direta deverá ser acionada judicialmente de forma solidária, ainda que a autarquia não disponha de condições patrimoniais ou orçamentárias para arcar integralmente com o valor da condenação
- C) a administração pública indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tais como as autarquias, as empresas públicas e as fundações públicas de direito público, instituídas ou autorizadas por lei específica
- D) as sociedades de economia mista integrantes da administração indireta podem explorar atividade econômica sem se submeter ao controle da administração direta, privilegiando a aplicação integral do regime de direito privado para assegurar maior flexibilidade operacional e dispensando a fiscalização quanto à finalidade pública
- E) de acordo com a legislação brasileira e com o entendimento doutrinário consolidado, entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, integrante da Administração Indireta. Órgão, por sua vez, é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta ou Indireta, desprovida de personalidade jurídica própria, criada para o desempenho de funções estatais

10. A Lei Federal de n.º 14.230/2021 promoveu grande atualização na Lei 8.429/2021, que dispõe da improbidade administrativa. Uma das alterações mais substanciais ocorridas foi a:

- A) possibilidade de extinção do processo sem julgamento do mérito em qualquer fase do processo
- B) alteração do elemento objetivo, passando a considerar punição também em caso de culpa grave
- C) decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, mesmo que não comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida
- D) decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança e em outras aplicações financeiras
- E) ampliação do prazo prescricional, que foi alterado para 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato, ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência

11. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. Nos termos da Lei Federal Complementar de n.º 101/2000, a lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre:

- A) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos
- B) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas
- C) refinanciamento da dívida pública que constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional
- D) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- E) estimativa global de incentivos concedidos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas

12. O Decreto Federal de n.º 9.758/2019 instituiu uniformização na forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Com base em tal decreto, o único pronome de tratamento utilizado passou a ser:

- A) ilustre
- B) doutor
- C) senhor
- D) excelência
- E) respeitável

CONHECIMENTOS GERAIS

13. A Lei n.º 12.527/2011 tem por finalidade precípua a regulamentação do direito constitucionalmente garantido de acesso às informações públicas. No que diz respeito a essa lei, pode-se afirmar que a decisão denegatória de acesso a informações por órgãos e entidades do poder público:

- A) é irrecurável
- B) não autoriza o requerente a obter seu inteiro teor por certidão ou cópia
- C) pode ensejar a interposição de recurso contra a decisão no prazo de 15 dias a contar da sua ciência
- D) pode motivar a interposição de recurso que será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, devendo esta se manifestar no prazo de 5 dias
- E) pode levar o requerente a recorrer à Controladoria-Geral da União, caso a negativa advinha de órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, que deliberará no prazo de 10 dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado

14. O Decreto n.º 7.724/2012 regulamenta, de forma detalhada, a aplicação da Lei n.º 12.527/2011 no âmbito do Poder Executivo Federal. Consoante a esse decreto, no que diz respeito ao pedido de acesso à informação:

- A) qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formulá-lo
- B) os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal poderão fazer exigências relativas aos motivos desse pedido
- C) não serão atendidos pedidos genéricos de acesso à informação, salvo nos casos em que seja apresentada justificativa plausível
- D) é vedado ao requerente, devidamente identificado no sistema eletrônico, optar pela preservação de sua identidade perante os órgãos ou as entidades demandados
- E) este será apresentado em formulário padrão, presencialmente, no SIC dos órgãos e das entidades, não sendo permitida a apresentação por meio de sistema eletrônico específico

15. A Lei n.º 13.709 de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), versa sobre o tratamento de dados pessoais, objetivando proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Consoante o artigo 6º dessa lei, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e determinados princípios. Trata-se de princípio expressamente previsto nesse artigo:

- A) eficácia
- B) moralidade
- C) publicidade
- D) transparência
- E) qualidade dos dados

16. Considere a seguinte situação hipotética: faz-se necessária a contratação de uma empresa para a realização de obras de modernização energética em prédios administrativos, por parte de um consórcio público intermunicipal. Essa obra inclui a troca de equipamentos, a implementação de um sistema de monitoramento e a garantia de uma redução mínima no consumo de energia. Tal redução deve ser confirmada por indicadores objetivos durante a execução do contrato. No que tange à remuneração da empresa contratada, o edital prevê que esta será parcialmente ligada ao desempenho relacionado à economia realmente alcançada. Consoante o disposto na Lei n.º 14.133/2021, pode-se afirmar que a licitação deve adotar, respectivamente, a modalidade e o critério de julgamento:

- A) concorrência e técnica e preço, devido à complexidade do objeto
- B) diálogo competitivo e melhor técnica, devido à inovação tecnológica envolvida
- C) leilão e maior retorno econômico, pois se trata de economia futura para a Administração
- D) pregão e menor preço, por se tratar de contratação com indicadores objetivos de desempenho
- E) concorrência e maior retorno econômico, pois envolve contrato de eficiência com remuneração relacionada à economia gerada

17. A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, aborda os chamados direitos e garantias fundamentais, regulados do artigo 5º ao 17. No art. 5º, estão previstos os direitos e deveres individuais e coletivos, nos quais encontra-se o direito de associação. Em consonância com o texto constitucional, pode-se assumir que:

- A) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado
- B) é vedada a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida apenas para fins expressamente autorizados em lei
- C) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, ainda que não haja autorização expressa
- D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento
- E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado

18. O *caput* do art. 205 da CRFB/88 preconiza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, o texto constitucional estabelece que:

- A) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo
- B) é vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei
- C) as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- D) as universidades gozam de autonomia didático-científica e administrativa, mas não de gestão financeira e patrimonial
- E) compete às escolas recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola

19. O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) versa sobre a Administração Pública. Além dos vinte e dois incisos, esse artigo apresenta dezesseis parágrafos, que complementam os princípios e regras gerais previstos no *caput* e nos incisos. Um desses incisos determina que:

- A) a lei estabelecerá os prazos decadenciais para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento
- B) os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei
- C) os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível
- D) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos
- E) o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, devendo sua remuneração sofrer a devida alteração

20. A Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) objetiva efetivar a garantia da igualdade de oportunidades à população negra, a defesa de seus direitos, bem como o combate a todo e qualquer tipo de discriminação racial e intolerância étnica. No que tange à saúde, o conjunto de ações voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes previstas no artigo 7º do referido Estatuto. Uma dessas diretrizes consiste no(a):

- A) fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra
- B) inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde
- C) melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero
- D) ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS
- E) inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS

21. A Lei n.º 14.540/2023 é um marco no que se refere ao combate ao assédio sexual e à violência sexual, na medida em que institui diretrizes, mecanismos de proteção às vítimas, canais de denúncia e ações educativas destinadas à promoção de um ambiente institucional seguro e respeitoso. De acordo com essa lei, pode-se afirmar que:

- A) nas duas primeiras etapas da educação básica, o Programa restringir-se-á à formação continuada dos profissionais de educação
- B) os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei deverão manter, pelo período de dez anos, os registros de frequência, físicos ou eletrônicos, dos programas de capacitação ministrados na forma prevista no inciso VII do *caput* do art. 5º desta Lei
- C) o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual aplica-se no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal, mas não se aplica às instituições privadas
- D) no seu âmbito de atuação, o Poder Judiciário monitorará o desenvolvimento do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual, a fim de subsidiar o planejamento de ações futuras e a análise e consecução de seus objetivos e diretrizes
- E) um dos objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual é o de enfrentar e punir a prática do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual nos órgãos e entidades abrangidos por essa Lei

22. A Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo VI, seção III, trata da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, concretizando princípios tais como o da dignidade da pessoa humana e o da igualdade material. A inserção competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, devendo ser observadas algumas diretrizes, dentre elas o(a):

- A) articulação intrassetorial das políticas públicas
- B) respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada
- C) proibição de realização de avaliações periódicas, de modo a não constranger a pessoa com deficiência
- D) prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com menor dificuldade de inserção no campo de trabalho
- E) oferta de aconselhamento e de apoio aos empregados, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais

23. De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR), a não utilização de regionalismos e neologismos, na redação de comunicações oficiais e atos normativos, confere ao texto:

- A) clareza
- B) precisão
- C) concisão
- D) coerência
- E) formalidade

24. O padrão ofício é o expediente usado na comunicação oficial pela Administração Pública. No que tange às suas características formais e estruturais, de acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR):






- A) o texto da data deve ser alinhado à margem esquerda da página
- B) o Manual estabelece o emprego de somente um fecho para todas as modalidades de comunicação oficial, que é a forma "Respeitosamente"
- C) excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais não precisam informar o signatário.
- D) o texto do documento oficial deve seguir a mesma padronização de estrutura, independentemente do fato de ser usado para encaminhamento de documentos ou não
- E) o pronome de tratamento no endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência terá a seguinte forma: "A Sua Excelência o Senhor" ou "A Sua Excelência a Senhora"

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

25. Em relação ao uso de recursos dos sistemas operacionais, nas distribuições *Linux*, um diretório armazena as pastas dos usuários no mesmo local em que se localizam os *scripts* de carga de perfil e do *shell bash* de cada usuário. Já no *Windows 10 BR*, um atalho de teclado tem por finalidade possibilitar o acesso a programas que estejam abertos e em execução na modalidade de processamento conhecida por multitarefa preemptiva. O diretório e o atalho de teclado são, respectivamente

- A) /boot e Alt + F2
- B) /home e Alt + F2
- C) /boot e Alt + Ins
- D) /home e Alt + Tab
- E) /boot e Alt + Tab

26. Após digitar um texto no editor *Word 2024 BR*, um funcionário da UFRJ posicionou o ponteiro do mouse no início do texto e realizou a verificação e correção ortográfica em todo o documento, utilizando uma tecla de função. O mesmo resultado poderia ser obtido a partir do acionamento de um ícone exibido na "Faixa de Opções", ao pressionar a guia "Revisão", na "Barra de Menu". A tecla de função e o ícone são, respectivamente:

- A) F7 e 
- B) F9 e 
- C) F7 e 
- D) F9 e 
- E) F7 e 

27. A planilha abaixo foi criada no *software Calc* da Suíte *LibreOffice* 25.8.3.2, versão em português. Para tanto, foram realizados os procedimentos listados abaixo.

	A	B	C	D	E	F	G	
1								
2								
3								
4			LICITAÇÃO - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS					
5			FORNECEDORES - PREÇO TOTAL			MENOR	FORNECEDOR	
6	COD	DESCRIÇÃO	UFRJ-1	UFRJ-2	UFRJ-3	COTAÇÃO	VENCEDOR	
7	A1	Notebook Intel	R\$4.199,00	R\$3.999,00	R\$5.100,00	R\$3.999,00	UFRJ-2	
8	A2	SSD 1 TB SATA	R\$499,00	R\$587,00	R\$531,00	R\$499,00	UFRJ-1	
9	A3	Pendrive 64 GB	R\$70,00	R\$69,00	R\$67,00	R\$67,00	UFRJ-3	
10	A4	Multifuncional	R\$1.599,00	R\$1.230,00	R\$1.497,00	R\$1.230,00	UFRJ-2	
11		TOTAL DA LICITAÇÃO =				R\$5.795,00		
12								

- Nas células de C7 a E10, foram digitadas as cotações dos fornecedores e participantes da licitação.
- Em F7, foi inserida uma fórmula utilizando a função MENOR para determinar a menor cotação dos fornecedores para o item "Notebook Intel". Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de F8 a F10 para determinar a menor cotação nos demais itens.
- Em G7, foi inserida uma fórmula usando a função SE, que compara a cotação do fornecedor com a menor cotação usando o conceito de referência absoluta, e indica, em G7, o fornecedor vencedor no item em B7. Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de G8 a G10.

A partir disso, pode-se assumir que as fórmulas inseridas em F8 e G7 foram, respectivamente:

- A) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)
- B) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- C) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;&C&6;SE(G7=C7;&D&6;&E&6)
- D) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- E) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)

28. No que diz respeito aos conceitos da *internet*, é comum baixar, de sites específicos, arquivos e *softwares* para leitura de arquivos em formato PDF, o que caracteriza a realização de uma determinada atividade. Para isso, é imprescindível usar o acesso a sites por meio de *browsers*, como o *Google Chrome*, particularmente quando se utiliza uma *notebook Intel* com *Windows 11 BR (x64)*. Nesse *browser*, o atalho de teclado Ctrl + D é executado com uma função bem específica. A atividade e a função do atalho de teclado são conhecidas, respectivamente, como:

- A) *download* e excluir conteúdo armazenado em Histórico
- B) *downsize* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- C) *download* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- D) *downsize* e imprimir página visualizada na tela do monitor
- E) *download* e imprimir página visualizada na tela do monitor

29. No que se relaciona às tecnologias, atualmente, em algumas organizações, é implementada uma rede de computadores privada, acessível apenas para usuários autorizados. Ela funciona como uma espécie de *internet* interna, permitindo a comunicação e o compartilhamento seguro de informações e dados entre os colaboradores de uma empresa. Essa rede emprega os mesmos protocolos da *Internet*, como TCP/IP, mas atua de forma isolada da rede WAN. A rede privada usa a tecnologia *Ethernet* para conectar todos os dispositivos, permitindo a troca de arquivos e envio de mensagens de forma segura. Essa rede é conhecida como:

- A) bitnet
- B) infnet
- C) intranet
- D) extranet
- E) metronet

30. Em relação à segurança da informação, ameaça pode ser considerada qualquer ação que coloque em risco as propriedades de segurança de um sistema. Nesse sentido, três tipos de ameaças às propriedades básicas de segurança são descritas a seguir.

- I. um processo vasculhar as áreas de memória de outros processos, arquivos de outros usuários, tráfego de rede nas interfaces locais ou áreas do núcleo do sistema, buscando dados sensíveis como números de cartão de crédito, senhas e e-mails privados.
- II. um processo alterar as senhas de outros usuários, instalar programas, *drivers* ou módulos de núcleo maliciosos, visando a obter o controle do sistema, roubar informações ou impedir o acesso de outros usuários.
- III. Um processo no qual um usuário busca alocar para si todos os recursos do sistema, como a memória, o processador ou o espaço em disco, para impedir que outros usuários possam utilizá-lo.

Os tipos de ameaça descritos são caracterizados, respectivamente, como ameaças à:

- A) integridade, disponibilidade e autenticidade
- B) disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade
- C) confidencialidade, integridade e disponibilidade
- D) irretratabilidade, confidencialidade e integridade
- E) autenticidade, irretratabilidade e confidencialidade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. No contexto do ensino superior brasileiro, a atuação do tradutor/intérprete de Libras/Língua Portuguesa está diretamente relacionada às políticas linguísticas e de acessibilidade, assumindo papel central na mediação entre línguas de modalidades distintas. Essa atuação envolve responsabilidades que ultrapassam a simples transferência linguística, exigindo compreensão do contexto educacional, das relações institucionais e da especificidade da língua de sinais. Considerando esse cenário, a atuação do tradutor/intérprete educacional caracteriza-se por:

- A) priorizar a fluência em Língua Portuguesa escrita como principal requisito para a atuação no ensino superior
- B) adaptar conteúdos pedagógicos conforme sua interpretação pessoal do que é mais acessível ao estudante surdo
- C) garantir a equivalência lexical entre Libras e Língua Portuguesa, independentemente do contexto discursivo
- D) substituir o docente na explicação de conteúdos sempre que houver dificuldades de compreensão por parte do estudante surdo
- E) mediar linguisticamente as interações acadêmicas, respeitando as especificidades da Libras e o contexto institucional

32. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida no Brasil como língua de modalidade visual-espacial pela Lei 10.436/2002. Sua estrutura linguística, bem como seus usos sociais, estão diretamente relacionados à experiência visual e às práticas culturais dos sujeitos Surdos, não se configurando como uma adaptação da Língua Portuguesa. Nesse contexto, a Libras caracteriza-se por:

- A) constituir-se como língua natural da comunidade surda brasileira
- B) organizar-se prioritariamente a partir da linearidade da escrita alfabética
- C) depender da oralização para garantir sua plena funcionalidade comunicativa
- D) apresentar estrutura gramatical derivada da Língua Portuguesa oral
- E) funcionar como sistema auxiliar de comunicação em contextos educacionais

33. A Libras utiliza o espaço de enunciação como elemento constitutivo de sua gramática. Por meio da localização de referentes, da apontação e do direcionamento do olhar, o sinalizante estabelece relações sintáticas e garante a coesão do discurso. Esse funcionamento diferencia a Libras das línguas orais-auditivas e evidencia sua natureza visuoespacial. A partir disso, pode-se afirmar que a sintaxe espacial da Libras permite:

- A) estabelecer relações gramaticais por meio da organização dos referentes no espaço
- B) eliminar a necessidade do emprego de expressões não manuais na construção do sentido
- C) substituir a ordem sintática por uma sequência fixa de sinais lexicais que se apresentam de forma linear
- D) organizar frases exclusivamente a partir da linearidade sujeito-verbo-objeto sequencialmente nessa ordem
- E) restringir a referenciação apenas a elementos fisicamente presentes no ambiente e que podem estar à frente ou ao lado do sinalizante

34. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa pertencem a modalidades linguísticas (de produção e percepção) distintas e organizam seus sistemas de significação de formas diferentes. Essas diferenças não se restringem ao canal de comunicação, mas envolvem aspectos estruturais, gramaticais e discursivos próprios de cada língua. Considerando essas especificidades, uma diferença fundamental entre a Libras e a Língua Portuguesa consiste no fato de que:

- A) a Libras apresenta estrutura gramatical dependente da Língua Portuguesa
- B) ambas as línguas compartilham a mesma organização sintática e morfológica
- C) a Libras utiliza o espaço e recursos visuais como elementos constitutivos da gramática
- D) a Língua Portuguesa organiza-se prioritariamente a partir de recursos visuais e espaciais
- E) a Libras caracteriza-se como um sistema de apoio à modalidade oral do português

35. A educação de Surdos no Brasil passou por diferentes abordagens ao longo do tempo, diretamente relacionadas às disputas teóricas sobre língua, diferenças e modelo de educação pautado pela deficiência. Essas concepções impactaram as práticas educacionais, as políticas públicas e o reconhecimento da Libras como língua da comunidade surda, culminando na defesa contemporânea da educação bilíngue. À luz dos fundamentos históricos, legais e teórico-metodológicos da educação de Surdos, compreende-se que a educação bilíngue está fundamentada no princípio de que a(o):

- A) inclusão escolar ocorre independentemente da garantia de acesso linguístico
- B) ensino da Libras é suficiente para assegurar o pleno acesso aos conteúdos curriculares
- C) surdez deve ser compreendida prioritariamente sob uma perspectiva clínico-terapêutica
- D) Língua Portuguesa oral deve ser priorizada como língua principal no processo educacional
- E) Libras constitui a primeira língua do estudante Surdo e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, a segunda

36. O exercício profissional do tradutor/intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP) no Brasil está associado a transformações históricas no reconhecimento da Libras, às lutas da comunidade surda por direitos linguísticos e à ampliação de políticas públicas de acessibilidade. Esse percurso histórico contribuiu para a consolidação da atuação do intérprete em diferentes espaços sociais e institucionais. Nesse contexto, o surgimento e a consolidação do profissional tradutor/intérprete de Libras/Língua Portuguesa no Brasil estão diretamente relacionados ao(à):

- A) reconhecimento da Libras como língua e à ampliação das políticas de acessibilidade e inclusão
- B) substituição progressiva do professor ouvinte pelo intérprete em contextos educacionais
- C) atuação voluntária e assistencialista, desvinculada de formação específica
- D) centralidade da reabilitação clínica como eixo da educação de Surdos
- E) adoção exclusiva de modelos oralistas na educação de Surdos

37. O Código de Conduta e Ética da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) estabelece princípios que orientam a atuação profissional do tradutor/intérprete de Libras/Língua Portuguesa. Esses princípios envolvem aspectos como confidencialidade, imparcialidade, competência profissional e respeito às partes envolvidas no processo comunicativo, sendo aplicáveis a todos os contextos de atuação. De acordo com tal código, a atuação ética do tradutor/intérprete de Libras/Língua Portuguesa implica:

- A) manter confidencialidade e discrição sobre as informações acessadas, atuando com neutralidade e respeito às partes envolvidas
- B) recusar interpretações com base em preferências pessoais, sem necessidade de justificativa profissional, escolhendo as demandas principais
- C) orientar o Surdo a concordar com decisões legais quando identificar possíveis falhas na comunicação de modo a contribuir para vantagem dele
- D) priorizar interesses pessoais ou profissionais, mesmo que isso interfira no conteúdo da interpretação, pois o pessoal sempre sobressai ao profissional
- E) divulgar informações confidenciais para justificar sua conduta diante de conflitos profissionais considerando que este profissional tem acesso anterior a dados sigilosos

38. A formação do tradutor/intérprete de Libras/Língua Portuguesa no Brasil está inserida em contextos sócio-políticos marcados pela luta por direitos linguísticos da comunidade surda e pela institucionalização de políticas públicas de acessibilidade. Esse processo envolve tanto a profissionalização da área quanto a definição de competências necessárias à atuação em diferentes contextos sociais. Nesse cenário, a formação do tradutor/intérprete de Libras/Língua Portuguesa compreende o(a):

- A) domínio técnico da Libras, sendo dispensável a compreensão dos contextos sociais e políticos da atuação profissional
- B) construção de competências linguísticas, tradutórias e éticas articuladas aos contextos sociopolíticos de atuação
- C) atuação prioritária em espaços informais, sem relação com políticas públicas de acessibilidade
- D) aprendizagem empírica da interpretação, sem necessidade de formação acadêmica específica
- E) centralidade exclusiva da prática interpretativa, desvinculada de fundamentos teóricos

39. No campo da tradução e da interpretação envolvendo a Língua Brasileira de Sinais, diferentes conceitos e modalidades são utilizados conforme o público atendido, o contexto comunicativo e as necessidades específicas de acessibilidade. Entre esses conceitos, destacam-se a tradução, a transliteração e os diferentes modos de interpretação. Assim sendo, a tradução, no âmbito da Libras, caracteriza-se por:

- A) transferir sentidos entre línguas diferentes, respeitando as especificidades linguísticas e culturais de cada uma
- B) reproduzir sinais da Libras seguindo a estrutura gramatical da Língua Portuguesa
- C) adaptar conteúdos livremente, sem compromisso com o texto de partida
- D) manter correspondência palavra por palavra entre Libras e Língua Portuguesa
- E) utilizar exclusivamente a datilografia como recurso principal

40. Os Estudos da Tradução e Interpretação constituem campos teóricos que investigam os processos tradutórios e interpretativos, considerando aspectos linguísticos, cognitivos, culturais e contextuais. No âmbito da Libras, essas áreas contribuem para a compreensão da atuação do tradutor/intérprete em situações que envolvem línguas de modalidades distintas, como a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa. Fundamentado nas Teorias dos Estudos da Tradução e da Interpretação, compreende-se que:

- A) a tradução é um processo mecânico de substituição de palavras entre línguas equivalentes
- B) a interpretação envolve processos cognitivos complexos e tomada de decisões em tempo real
- C) a fidelidade tradutória pressupõe correspondência literal entre as línguas envolvidas
- D) a interpretação dispensa fundamentação teórica por se tratar de atividade prática
- E) os Estudos da Tradução restringem-se à análise de textos escritos

41. Na Língua Brasileira de Sinais, além dos sinais manuais, outros recursos linguísticos desempenham papel fundamental na construção do sentido. Entre esses recursos, destacam-se os classificadores e as expressões faciais e corporais, que atuam de forma integrada à estrutura gramatical e discursiva da língua, contribuindo para a clareza, a precisão e a expressividade da enunciação. Considerando os aspectos linguísticos da Libras, pode-se afirmar que os(as):

- A) classificadores e as expressões faciais e corporais exercem funções gramaticais e discursivas na Libras
- B) classificadores são elementos exclusivamente lexicais, sem função gramatical, somente afetivas e de sentimentos
- C) expressões faciais e corporais não possuem função lexical, ou seja, possuem apenas função emocional, sem valor linguístico
- D) classificadores substituem completamente os sinais lexicais em qualquer contexto, podendo ser usados sem seguir uma regra específica
- E) expressões faciais e corporais são recursos opcionais e dispensáveis na comunicação em Libras, sendo usados somente para intensidade no contexto

42. A escrita de sinais, especialmente por meio do sistema *SignWriting*, tem sido objeto de pesquisas no Brasil por seu potencial de registrar graficamente línguas de sinais, contemplando parâmetros manuais e não manuais. Esse sistema possibilita a transcrição e a tradução de enunciados em Libras, respeitando sua natureza visual-espacial e seus aspectos gramaticais. Considerando a escrita de sinais no contexto da Libras, assume-se que a(o):

- A) uso da escrita de sinais inviabiliza processos de tradução entre Libras e Língua Portuguesa pelos profissionais tradutores intérpretes
- B) escrita de sinais substitui a Libras sinalizada em contextos comunicativos cotidianos, devendo ser ensinada de forma exclusiva aos Surdos
- C) escrita de sinais é um elemento que deve ser utilizado exclusivamente como recurso artístico, sem aplicação educacional
- D) escrita de sinais representa apenas movimentos das mãos, desconsiderando expressões não manuais e a orientação da palma
- E) sistema *SignWriting* permite o registro gráfico da Libras, incluindo sinais manuais e expressões não manuais

43. No Brasil, a consolidação da educação bilíngue de Surdos e a atuação do tradutor/intérprete de Libras/Língua Portuguesa estão amparadas por marcos legais que reconhecem a Libras como língua e definem diretrizes para a formação e o exercício profissional. Esses dispositivos legais asseguram direitos linguísticos e orientam a organização de serviços de acessibilidade. Com base na legislação vigente, pode-se atestar que o(a):

- A) Decreto nº 5.626/2005 regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e estabelece diretrizes para a educação bilíngue de Surdos
- B) educação bilíngue de Surdos não possui respaldo legal no Brasil e é uma prática irregular recorrente nas instituições de ensino
- C) regulamentação da profissão do tradutor/intérprete dispensa formação específica, podendo ser exercida por qualquer pessoa
- D) Libras é reconhecida apenas como recurso pedagógico auxiliar no sistema educacional de Surdos e ouvintes filhos de Surdos
- E) legislação brasileira restringe o uso da Libras aos anos iniciais da educação básica, podendo ser aplicada somente no ensino superior

44. A Literatura Surda (Strobel, 2009) constitui um campo de produção cultural que emerge das experiências visuais, linguísticas e identitárias da comunidade surda. Essas produções podem ocorrer em Libras, de forma performática ou registrada por meio de vídeo e escrita de sinais, abordando narrativas, poesias, contos e outras formas expressivas próprias da cultura surda. Levando em consideração as suas características, pode-se dizer que a Literatura Surda:

- A) depende exclusivamente da escrita alfabética para sua circulação
- B) caracteriza-se como recurso pedagógico sem valor artístico ou cultural
- C) limita-se a produções individuais, sem vínculo com a coletividade surda
- D) expressa valores culturais, identitários e linguísticos da comunidade surda
- E) restringe-se à tradução literal de obras da literatura escrita em Língua Portuguesa

45. O fenômeno dos empréstimos linguísticos na Libras está relacionado ao contato histórico e social com outras línguas de sinais e com línguas orais, resultando na incorporação e adaptação de itens lexicais. Estudos recentes apontam que esses empréstimos não ocorrem de forma aleatória, mas seguem critérios linguísticos que envolvem aspectos fonológicos, morfológicos, semânticos e discursivos das línguas visuoespaciais. Com base nos aspectos linguísticos da Libras e nos estudos sobre empréstimos linguísticos, destaca-se que:

- A) os empréstimos linguísticos na Libras podem ser classificados quanto à origem e à fase de adoção, passando por processos de adaptação aos parâmetros
- B) os empréstimos linguísticos na Libras restringem-se à datilologia da língua portuguesa para nomes próprios e não sofrem adaptações fonológicas ou morfológicas
- C) a incorporação de empréstimos linguísticos na Libras ocorre apenas por influência direta da Língua Portuguesa oralizada, sendo utilizada somente por meio da datilologia
- D) os empréstimos linguísticos configuram desvios gramaticais, pois rompem com a estrutura linguística própria da Libras e vão de encontro aos elementos culturais da comunidade surda
- E) o fenômeno dos empréstimos linguísticos é incompatível com línguas de sinais, por serem línguas de modalidade visuoespacial e não sofrerem influência de outras línguas, sejam elas sinalizadas ou orais

46. No contexto do ensino superior, a presença do intérprete de Libras é um dos elementos que asseguram o acesso linguístico do estudante Surdo às atividades acadêmicas. Essa atuação ocorre em articulação com o professor e os demais alunos, respeitando as atribuições institucionais e os limites profissionais de cada agente envolvido no processo educacional. Tendo em conta a relação entre professor, intérprete de Libras e aluno Surdo no ensino superior, defende-se que é papel do intérprete de Libras a:

- A) avaliação do desempenho acadêmico do estudante Surdo
- B) adaptação metodológica e a reformulação didática do conteúdo
- C) tutoria individual do estudante Surdo, com acompanhamento sistemático de rendimento, integrando a função da mediação
- D) mediação linguística entre Libras e Língua Portuguesa, garantindo a comunicação entre professor, estudante Surdo e turma
- E) intervenção pedagógica direta, com explicações adicionais, ocorrendo sempre que houver dúvidas conceituais do estudante

47. Nos Estudos da Tradução e da Interpretação, diferentes tipos de tradução são descritos a partir da relação estabelecida entre línguas, sistemas semióticos e modalidades de expressão. No campo da Libras, essas classificações auxiliam na compreensão das práticas tradutórias e interpretativas em contextos como conferências, ambientes educacionais e situações que envolvem públicos específicos, como pessoas surdocegas. Baseando-se nos tipos de tradução e sua aplicação na interpretação Libras–Língua Portuguesa, afirma-se que a:

- A) tradução intersemiótica restringe-se à conversão de textos escritos em outras línguas orais
- B) interpretação simultânea elimina a necessidade de decisões cognitivas rápidas, por ocorrer de forma automatizada
- C) transliteração corresponde à transferência de sentidos entre línguas diferentes, com adaptação cultural e discursiva
- D) tradução intralingual ocorre exclusivamente entre línguas de modalidades distintas, como Libras e Língua Portuguesa
- E) tradução interlingual envolve a passagem de sentidos entre línguas distintas, como Libras e Língua Portuguesa, podendo ocorrer em diferentes modos de interpretação

48. Os estudos contemporâneos sobre a surdez compreendem a identidade surda como uma construção histórica, social e cultural, marcada pela experiência visual, pelo uso da Libras e pelas relações estabelecidas na comunidade surda. Essa perspectiva rompe com concepções essencialistas e biomédicas da surdez, reconhecendo a pluralidade de identidades existentes entre pessoas surdas. Considerando os debates teóricos sobre identidades surdas, afirma-se que a(s):

- A) identidade surda depende exclusivamente do uso de tecnologias auditivas para sua consolidação social
- B) identidade surda constitui uma essência fixa, determinada exclusivamente pelo grau de perda auditiva do indivíduo
- C) constituição da identidade surda ocorre prioritariamente pela adaptação do sujeito Surdo aos padrões culturais ouvintes
- D) identidades surdas são múltiplas, dinâmicas e construídas nas relações sociais, linguísticas e culturais ao longo do tempo
- E) identidades surdas desenvolvem-se de forma homogênea, independentemente das experiências linguísticas e sociais vivenciadas

49. A Lei n.º 14.704, de 25 de outubro de 2023, alterou a legislação que regulamenta o exercício profissional dos tradutores, intérpretes e guia-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Brasil. Essa lei atualiza a Lei n.º 12.319/2010, estabelecendo de forma mais clara as condições de trabalho e a regulamentação dessa profissão, ampliando seu campo de atuação. De acordo com o disposto nessa Lei, atesta-se que a:

- A) Lei n.º 14.704/2023 regulamenta o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Libras, incluindo em sua redação os três perfis profissionais
- B) nova lei elimina completamente a necessidade de formação específica para atuar como intérprete de Libras
- C) alteração legal deixa a profissão sem qualquer referência a condições de trabalho ou jornada profissional
- D) legislação restringe a atuação dos tradutores e intérpretes de Libras apenas ao contexto escolar
- E) Lei n.º 14.704/2023 revoga a Libras como língua reconhecida no ordenamento jurídico brasileiro

50. A formação do tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa no Brasil passou por importantes transformações nos últimos anos, sobretudo no que se refere à profissionalização e ao reconhecimento da necessidade de formação em nível superior. Gontijo (2025), em sua pesquisa intitulada “*Políticas de Tradução e Interpretação: os intérpretes de Libras no ensino superior*”, discute os desafios e os contextos sociopolíticos que moldam essa formação profissional, destacando a importância de currículos que articulem linguística, prática tradutória e reflexões críticas sobre inclusão e direitos linguísticos. A partir disso, pode-se defender que o(a):

- A) formação em nível superior para tradutores/intérpretes de Libras deve integrar competências linguísticas, tradutórias, éticas e conhecimento dos contextos sociais em que a atuação ocorre
- B) formação acadêmica é indiferente à construção de competências para atuação em modos de interpretação como a simultânea ou a consecutiva
- C) estudo de contextos sociopolíticos não é relevante para a prática profissional, bastando a prática de sala de aula
- D) formação profissional não precisa considerar questões de direitos linguísticos nem políticas públicas de inclusão
- E) formação superior pode limitar-se à proficiência em Libras, sem necessidade de estudo sobre teoria da tradução

QUESTÃO Nº 1

“As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação [...]” (Quadros e Karnopp, 2004, p. 30).

Quadros, Ronice Müller de; Karnopp, Lodenir Becker.
Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos.
Porto Alegre: Artmed, 2004.

Considerando que as línguas constituem-se historicamente e se organizam de acordo com a modalidade, o tempo e o espaço sociocultural em que estão inseridas, explique as principais diferenças entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa, abordando: (i) a modalidade linguística; (ii) a forma de organização estrutural; e (iii) a expressão da temporalidade nas duas línguas.

QUESTÃO Nº 2

"As línguas de sinais são denominadas línguas de modalidade gestual-visual (ou espaço-visual), pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos. Apesar da diferença existente entre línguas de sinais e línguas orais, no que concerne à modalidade de percepção e produção, o uso do termo 'fonologia' tem sido usado para referir-se também ao estudo dos elementos básicos das línguas de sinais. Historicamente, para evitar subestimar a diferença entre esses dois tipos de sistemas linguísticos, Stokoe (1960) propôs o termo 'Quirema' às unidades formacionais dos sinais (configuração de mão, locação e movimento) e, ao estudo de suas combinações, propôs o termo 'Quirologia' (do grego 'mão'). Outros pesquisadores, incluindo Stokoe em edição posterior (1978), têm utilizado os termos 'Fonema' e 'Fonologia'."

Karnopp, Lodenir. *Fonética e Fonologia*. Universidade Federal de Santa Catarina, s/d.
Disponível em: <https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/foneticaEFonologia/scos/cap30819/1.html> Acesso em: 26 jan. 2026.

Com base no texto-base acima e na fonologia da Libras, analise o sinal de “televisão”, apresentado na imagem abaixo, e descreva, fonologicamente, seus parâmetros, contemplando:

- configuração de mão;
- ponto de articulação;
- movimento;
- orientação da palma;
- e, quando pertinente, expressões não manuais associadas ao sinal.



Televisão

QUESTÃO Nº 3

O processo de consolidação da educação bilíngue de Surdos no Brasil está diretamente relacionado à legitimação da Libras enquanto língua, à regulamentação de seu uso nos espaços educacionais e ao reconhecimento institucional do tradutor/intérprete como profissional fundamental para a garantia da acessibilidade linguística.

Conforme apresenta Gontijo (2025), a homologação do decreto que regulamenta a Libras representou um avanço decisivo não apenas para o reconhecimento da língua, mas também para a profissionalização do tradutor e intérprete, consolidada posteriormente por meio de legislação específica e atualizada nos anos recentes.

Com base no exposto e nos marcos legais da área, discuta o processo de legitimação da Libras enquanto língua, sua regulamentação no campo educacional e o reconhecimento do tradutor/intérprete de Libras/Língua Portuguesa como profissional, incluindo a atualização recente desse reconhecimento. Analise a importância desses marcos político-históricos para a consolidação da educação bilíngue de Surdos no Brasil.

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 1
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 2
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 3
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	